



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Primeira Câmara

Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque Dez – CEP: 69060-020 – Manaus/AM

Fone: (92) 3301-8114 / 3301-8215

Memorando nº 31/2014-DEPRIM

Manaus, 4 de junho de 2014

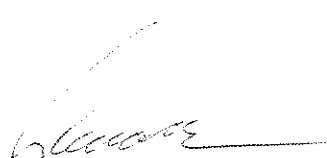
De: DEPRIM
Para: DICAMI

Assunto: envio da cópia da Decisão nº 1396/2013

Senhor Diretor,

Encaminho a Vossa Senhoria, em cumprimento ao item 8.3.2, cópia da Decisão nº 1396/2013-TCE-PRIMEIRA CÂMARA, referente ao Processo TCE nº 2462/2010.

Atenciosamente,


MARIA LUCIANA NOBRE QUEIROZ
Chefe do Departamento da Primeira Câmara

| | |
|--|--|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| DICAMI | |
| DESPACHO | |
| A (o) Senhor(a) _____ | |
| Para as providências neces- sárias. | |
| Em _____ | |
| Diretor (a) | |

| | |
|---------------------------|-------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | |
| DICAMI | |
| ENTRADA: _____ | _____ |
| DOC Nº: _____ | _____ |
| Servidor (a) | |



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO-DIRAC

Proc. Nº 2462/2010

Fls. Nº 342

DECISÃO Nº 1396/2013 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA

- 1- PROCESSO TCE - AM Nº 2462/2010 (2 vols.).
- 2- Assunto: Admissão de Pessoal
- 3- Espécie: Contratação Temporária
- 4- Procedência: PREFEITURA MUNICIPAL DO CAREIRO.
- 5- Unidade Técnica: DICAD – Informação nº 316/2013 (fls. 333/334).
- 6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2948/2013, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 325/326).
- 7- Relator: Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Admissão de Pessoal. Contratações Temporárias.

Ilegalidade das contratações. Negativa de registro. Concessão de prazo ao Chefe do Poder Executivo Municipal do Careiro. Determinação ao DEPRIM.

8- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM**, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão da **Primeira Câmara**, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, inciso III da C.E/89, arts. 1º, IV, e 31, I, da Lei nº 2423/96, c/c os arts. 5º, IV, 15, III, 260 e 261 e seus parágrafos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

8.1- Julgar ILEGAL e negar REGISTRO (art. 1º, IV, c.c. o art. 31, I, da Lei nº 2423/96 e art. 5º, IV, c.c. o art. 261, § 2º, do Regimento Interno) aos Termos de Contrato Temporário acostados às fls. 160/285, e seus respectivos aditamentos, para a ocupação das funções de professor, microscopista, médico da família, técnico de enfermagem, cirurgião dentista, técnico de higiene bucal e auxiliar de consultório dentário, por descumprimento do inciso IX do artigo 37 da CRFB/88;

8.2- Nos termos do art. 18, III, da Lei Complementar nº 6/91 c/c o art. 1º, inciso XII e 36 da Lei nº 2.423/1996 e art. 5º, XII do Regimento Interno, **conceder** ao Chefe do Poder Executivo do Município do Careiro, o prazo de 90 (noventa) dias para que determine ao órgão competente às seguintes providências:

8.1.1- medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente desses atos (§ 3º do art. 261 da Resolução nº 04/2002), se ainda existentes, sob pena de lhe ser aplicada a medida prevista no § 4º do referido dispositivo;

8.1.2- regularize, por meio de Concurso Público de provas, o seu quadro funcional, tendo em vista a impossibilidade de admissão de servidores temporários para funções permanentes;

ARA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3C - Dec. Adm. Pers. da Resolução nº 30/2012 - TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO-DIRAC

Proc. Nº 2462/2010

Fls. Nº 393

DECISÃO Nº 1396/2013 – TCE – PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO TCE-AM Nº 2462/2010 – fl. 02

8.3- Determinar ao Departamento da Egrégia Primeira Câmara, que:

8.3.1- adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno;

8.3.2- após o julgamento, remeta cópia da Decisão ao DICAMI para que seja juntada aos Processos n/s 2649/2011, 10022/2012 e 10175/2013, referentes às Prestações de Contas dos Prefeitos do Município do Careiro, respectivamente, dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que ainda não foram julgados por esta Corte de Contas.

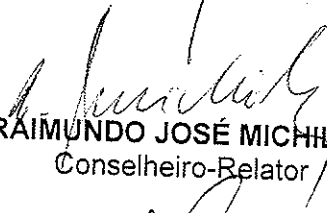
9- Ata: 12º Sessão Ordinária Judicante – Primeira Câmara.

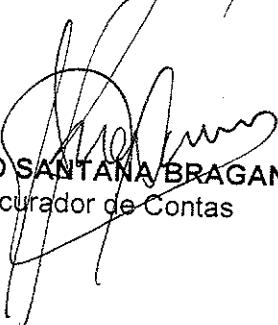
10- Data da Sessão: 05 de agosto de 2013.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente, em sessão), Raimundo José Michiles e Mario José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto à Primeira Câmara: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.


JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente, em sessão


RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator


EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador de Contas